

“FIOS DO INESPERADO E DA RESISTÊNCIA...”: NEGROS, ÍNDIOS, MESTIÇOS E MULHERES EM SERGIPE NO SÉCULO XIX.

META

Demonstrar a contribuição dos negros, índios, mestiços e mulheres na História de Sergipe: como eram vistos, de onde vieram, onde estavam espalhados na província e as resistências e confrontos cotidianos.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

compreender a situação dos negros, mestiços, índios e mulheres em Sergipe no século XIX, principalmente na região produtora de açúcar da Cotinguiba;

entender qual a situação deles desde o período da colonização até a fase em que o discurso oficial declara os índios não mais existentes em Sergipe; perceber a presença dos mestiços como elemento social importante na formação da sociedade sergipana: a sua presença no cotidiano da sociedade do gado, no vale do Cotinguiba e nas margens das cidades; compreender o papel das mulheres na sociedade da Cotinguiba e a educação feminina.

PRÉ-REQUISITOS

A aula de número 04 que trata da composição da sociedade sergipana, enfocando a estrutura dos engenhos e o destaque dado à cidade de Laranjeiras.

INTRODUÇÃO

A Escravidão era louvada como útil ao progresso de uma dada região. Padre Antonio Vieira afirmou no Maranhão que só haveria remédio permanente “quando entrassem com força, escravos de Angola”. (VIEIRA, Apud LISBOA,1874:454)

Segundo Antonio Penalves Rocha, a existência da escravidão era reconhecida como um elemento constitutivo natural das sociedades, atado pelos fios de uma rede de ideias tecida desde a Antiguidade e demais elementos - política, economia, estrutura social, religião e cultura. (ROCHA, 2000)

Nesse sentido, acentados nessa rede de ideias e de demais elementos que justificavam a escravidão, os senhores de engenho achavam natural que o escravo não tivesse os mesmos direitos e deveres dos indivíduos constitutivos da sociedade. Um senhor de engenho na Cotinguiba, por exemplo, achava muito normal castigar excessivamente um escravo porque ele fugiu, não trabalhou direito ou outras atitudes banais no cotidiano dos engenhos. Segundo o cônego de Laranjeiras, Philadelpho de Oliveira, a “aurora e o crepúsculo dos dias eram saudados com os azorragues que arrancando gritos doloridos produziam filetes de sangue, que levavam a terra pelos mesmos escravos cultivados”. (OLIVEIRA,1981:58).



Desenho representando um negro sendo levado ao pelourinho para ser açoitado. (ARAÚJO,1964:414).

Cloves Moura, no Dicionário da Escravidão Negra no Brasil, percebe o pelourinho como lugar público, espaço de afirmação da autoridade nos núcleos de povoamento. Citando Vieira Fazenda, Moura diz: “representava a autonomia do município e simbolizava que no lugar se fazia justiça, em nome do rei”. No Rio de Janeiro, em 07 de setembro de 1624, por exemplo, câmara aprovou a construção do pelourinho “por ser mui útil e necessário”. (MOURA: 2004, 309)

Possivelmente as câmaras municipais em todo o Brasil não se comportaram de forma diferenciada. Juntamente com a criação do pelourinho outras medidas foram sendo tomadas ao longo do século XVIII. A provisão de 03 de março de 1741, mandava que marcasse “a ferro na espádua com um F todos os escravos fugidos” que fossem encontrados. Também uma orelha poderia ser cortada se ocorresse reincidência de fugas.

Entretanto, os escravos maltratados, surrados até, ou quase, a morte, também puderam gerar prejuízos financeiros para o dono que o comprou. Tratá-los bem, no sentido de alimentá-los e cuidar da saúde deles, poderiam ser atitudes comuns no cotidiano de certos engenhos. Não temos como generalizar o tratamento da escravidão como se fosse um sistema igual para todos eles no Brasil.

Nos começos do século XIX, Dom Marcos de Souza registrara o melhor tratamento que os escravos recebiam dos seus senhores em Sergipe em comparação aos de outras regiões nordestinas, o que era decorrência do capital que significavam para o proprietário e o prejuízo trazido pela perda de um deles.

Todavia, a participação do negro, escravo ou liberto, na sociedade sofria fortes restrições. Eles estavam impedidos de frequentar as escolas públicas, havia restrições para fazer parte da Igreja Católica quer no ingresso no sacerdócio, quer na participação em ordens religiosas. À Irmandade Santíssimo Sacramento, onde se congregava a elite local em Sergipe, por exemplo, jamais eles eram permitidos. A carta régia de 03 de março de 1696 proibia as mulheres escravas de usarem vestido de seda, cambraia, renda e adornos de ouro e prata.

As mulheres escrava inventaram sua moda. Os trajes e os objetos do cotidiano dos escravos nos engenhos podem ser pesquisados em várias fontes, como os inventários e notícias e jornais que tratam das fugas deles. Orlando Vieira Dantas incluiu nos seus estudos sobre engenhos em Sergipe uma foto de uma negra vestida trabalhando com um pilão. Também cita uma foto da família da Dantas, herdeiras de engenho em Sergipe. Compare a festimenta da negra com a da família Dantas.



(DANTAS, 1980:22).



Sr. Manuel Correia Dantas e D. Adelina Vieira Dantas
com os filhos Nestor e Orlando.
(DANTAS, 1980:22).

DE ONDE VIERAM

O negro entrou na capitania de Sergipe com os primeiros colonizadores que aí se estabeleceram. Em alguns pedidos de sesmarias para criação de gado, há registros de escravos negros. Entretanto, o maior registro da sua presença se encontra nos pedidos de sesmeiros que desejavam plantar gêneros alimentícios.

Os escravos geralmente vinham da Bahia. Há controvérsias sobre a procedência de qual parte da África. Nina Rodrigues afirmava que eles são de origem sudanesa, Silvio Romero e João Ribeiro defendem que são bantus. Para Luis Mott, nos fins do século XVIII, a procedência dos negros de Sergipe é identificada como sendo de várias localidades: Congo, Angola, Bengula, Costa de Ouro, Mina, Golfo de Benin, Gêge. O brasilenista Stuart Schwartzm referiu-se à mão de obra escrava da Ribeira do Vaza-Barris procedente mais de Angola e Mina. (NUNES,2006:226-227)

QUANTOS ERAM?

Em 1802 há registros da presença de 19.434 escravos numa população de 55. 668 habitantes. (SOUZA, 1944:53) Quando Sergipe se tornou Capitania independente em 1820, existiam 32.000 escravos, em 1834, 47.812. Em 1850, 55.924, representava 25,5% de população da Província. Em 1854 registrava-se em Sergipe uma população de 132.644 habitantes, sendo 100.192 livres e 32.448 escravos, significando 75,5% o número de trabalhadores livres. No censo de 1872 apenas 12,8%. Os dados apontam diminuição da sua presença. Quando a Lei Aurea foi promulgada em 1888, os escravos eram apenas 5,6% da população. Pouco a pouco houve diminuição do uso da trabalho escravo em Sergipe.(NUNES, 2006:21)

POR ONDE SE ESPALHARAM?

Os escravos em Sergipe eram pouco espalhados, atuando no trabalho da criação do gado e da agricultura de subsistências no inícios da colonização, principalmente no século XVII. Mas, sua presença tornou-se marcante nos canaviais que começam a ocupar a região da Cotinguiba, do Vaza-Barris e do Piauí.

A povoação de Estância tornou-se o mais importante centro receptor de escravos. Dessa região eles se espalhavam pela capitania para o trabalho dos engenhos, principalmente na Cotinguiba. Nesta região podemos destacar os municípios de Capela, Rosário, Divina Pastora, Laranjeiras e Japarutuba. Inclui-se também a região da Mata Sul, (dos vales dos rios Vaza-Barris e Piauí, São Cristóvão, Itaporanga e Estância), a região do Agreste e Matas de Itabaiana (Itabaiana e N. 5. das Dores), o Agreste do São Francisco

(Propriá e Vila Nova) e o Agreste sertão sul (Lagarto, Boquim e Riachão). (NUNES, 2006:57)

OS MOCAMBOS, REBELIÕES E FUGAS....

Na Capitania de Sergipe, a resistência do negro à escravidão é registrada já no século XVII na formação de mocambos (era como se denominavam, inicialmente, os redutos de negros fugidos do cativo. MOURA: 2004, 277) denunciada às autoridades da Bahia pelos proprietários rurais. Apesar da atuação repressiva das tropas enviadas, esses redutos de negros foragidos continuaram a existir até o século XIX. Intensificando-se a ação repressiva à medida que as povoações se desenvolviam e adquiriam importância, os escravos passaram a manifestar a revolta através de guerrilhas urbanas, amedrontando os moradores.

As lutas desenroladas em Sergipe após o ato de D. João VI, de 8 de julho de 1820, tornando-o Capitania independente da Capitania da Bahia, com a deposição do Brigadeiro Carlos César Burlamaque, o primeiro presidente nomeado, por tropas vindas da Bahia às quais se associaram vários senhores de terra locais, favoreceram as rebeliões dos escravos, principalmente nas regiões onde eram numerosos, como Rosário e Laranjeiras em 1826, Santo Amaro, Brejo Grande, Vila Nova e Maruim em 1827, Estância e novamente Santo Amaro em 1828. (NUNES, 2006:57)

Até a década de 1830, várias foram as tentativas de insurreições urbanas, principalmente em Laranjeiras onde alguns escravos se reuniam em clubes secretos para fins de promover fugas dos negros dos engenhos, auxiliá-los nos mais diversos problemas enfrentados na sociedade escravocrata.

A elite açucareira provinciana, reforçada pelos poderes que o Ato Adicional de 1834 lhe conferiu, passou a ter maiores condições de enfrentar as insurreições urbanas. Não conseguia, porém, reprimir o sentimento de revolta da massa escrava, que passou a manifestar-se em fugas, atentados, depredações e formações de quilombos. São constantes os pedidos de auxílio das Câmaras Municipais às autoridades provinciais para enfrentarem as atitudes de revolta da massa escrava.

O Presidente Thomás Alves Júnior (15/8/1860 a 26/3/1861) no discurso de abertura do Imperial Instituto de Agricultura referiu-se à situação do escravo na sociedade sergipana. Embora, aparentemente, condenasse a escravidão, dizia ser ela, porém, imprescindível à vida da Província.

A fuga passou a ser a melhor forma encontrada pelo escravo para livrar-se das garras da escravidão, confirmam os números e constantes anúncios de fugas publicadas nos jornais, oferecendo recompensa financeira a quem desse informações que permitissem a captura dos fugitivos.



Capitão-do-mato capturando escravo. Fonte (RUGENDAS, 1978:2/11).

As centenas de anúncios publicados no *Correio Sergipense* de 1840 a 1866, quando deixou de circular, constituem importante documento etnográfico do escravo sergipano nas descrições dele feitas, e que são evidenciadas no levantamento realizado por Luiz Mott em *O Escravo nos anúncios de jornal de Sergipe*.

As autoridades de Maruim denunciavam, em 1867, a existência de mocambos aglomerados nas matas entre os engenhos Unha de Gato, Pedras e Maria Teles, trazendo prejuízos com roubos de gado, destruição das propriedades, tornando-se difícil a ação policial ante a grande mobilidade dos integrantes. Outros mocambos eram registrados em Laranjeiras entre os engenhos Espírito Santo, Quintas, Poções e Gitirana, tendo as autoridades conseguido prender três escravos. (NUNES, 2006:59)

Desafiando a atuação policial, os mocambos continuaram a agir, assim registra o Presidente Luiz Alvares de Azevedo Macedo (17/2/1872 a 16 de julho do mesmo ano) em *Relatório à Assembleia Provincial*.

A captura dos quilombolas sergipanos era muito dificultada pela divisão em pequenos grupos e pela velocidade da fuga, devido à utilização de cavalos - o que não era comum em outros lugares. Um fato que contribuiu para essa

eficácia dos quilombos foi a localização nas matas aos arredores dos núcleos urbanos da Zona da Mata. Eram lugares prediletos. Das matas saíam para os assaltos nas estradas que interligavam com a vila e os engenhos. A rede de informantes foi outro fator importante da persistência das lutas dos negros.

Vários negros ficaram famosos na participação das lutas pela liberdade dos escravos, na liderança de quilombos (mocambos).

Segundo Nunes, João Mulungu tornou-se o mais famoso nessa lutas pela liberdade dos escravos. Suma fama se expalhou mais intensivamente durante oito anos, 1868 a 1876, quando foi preso no canavial do Engenho Flor da Roda em Laranjeiras.

De acordo com Amaral, Mulungu nasceu em Itabaiana, no engenho Piedade, tendo fugido em 1868, ocasião em que teria entre 17 e 22 anos de idade. De acordo com Santos, nos matos juntou-se a outros escravos fugidos formando o primeiro rancho em Capela - o “rancho Boa Vista” - e o segundo em Siriri, no engenho Sumbinho. Nesse segundo rancho, tinha se juntado ao grupo de Frutuoso.

Quem tem mais estudado sobre Mulungu é o pesquisador Severo D’Acelino. Vide um dos seus textos sobre Mulungu no seguinte endereço eletrônico: <http://jornalnago.blogspot.com/2008/05/joo-mulungu-discriminado.html>. Faça a comparação do texto “João Mulungu: Herói Discriminado Racismo institucional” com a discussão que fizemos na primeira lição sobre o simbolismo do bandeirante no processo de colonização de Sergipe.

A existência dessas resistências escravas em Sergipe, em diferentes épocas, foi estudada por Felisbello Freire, Clóvis Moura, Maria Thétis Nunes, Luiz Mott, Lourival Santos, Maria Nely dos Santos e Sharyse Piroupo do Amaral. As revoltas e os quilombos (mocambos) foram ameaças sempre presentes, ainda que muitas vezes mais imaginárias do que reais.

Felisbello Freire e Thétis Nunes apontaram a existências de “mocambos” em Sergipe já em 1660, na segunda fase da expansão da colonização de Sergipe, após a expulsão dos holandeses. A coroa portuguesa e os criadores de gado necessitavam terminar o processo de colonização iniciado em 1590 com a conquista de Cristóvão de Barros. Nas margens do rio Real até o São Francisco, ainda encontravam obstáculos com a presença dos índios chamados tapuias e com as resistências dos negros com os mocambos espalhados nas diversas matas. Logo após a vitória do colonizador, fundaram as vilas de Santa Luzia, Lagarto e Vila Nova como esteio da dominação do Estado.

Clóvis Moura, utilizando como fonte os artigos de jornais, estudou os quilombos sergipanos da segunda metade do século XIX. Buscou mostrar as relações entre os quilombolas e os escravos das senzalas e apontou como principais especificidades dos quilombos sergipanos o fato de serem formados por pequenos agrupamentos de escravos fugidos e o uso da tática de guerrilha como forma de defesa. Estas características dificultaram o aprisionamento dos quilombolas, o que possibilitou perpetuarem a sua existência até a abolição da escravidão.

Luiz Mott foi outro estudioso da resistência negra em Sergipe. Percebeu que as revoltas, ou tentativas de revoltas, ocorreram mais na região da Cotinguiba, local onde se concentravam as populações de cor. Localizou vinte ocasiões em que foram relatadas tentativas de revoltas envolvendo escravos, africanos e pardos, entre os anos de 1774 e 1837. Dentre estas, dez teriam ocorrido especificamente na região da Cotinguiba. E dos vinte registros, três tentativas de revoltas teriam sido promovidas por pardos em 1827, motivados pelo boato de que, com o fim do tráfico de africanos, os pardos seriam escravizados. Os outros 17 registros referem-se a sublevações de escravos e pretos, sendo que a maior parte deles cita a Bahia como local de origem das revoltas.

Lourival Santana Santos também estudou a resistência escrava em Sergipe durante o século XIX na mesma perspectiva de Moura. Através de processos-crimes e correspondência da polícia, destacou a repressão policial e a reação dos quilombolas. Entende Santos que foi fácil o combate à resistência dos negros.

Maria Nele Santos, de igual forma, continuou as abordagens de Moura e de Santos. Ressaltou a mobilidade e a estratégia dos quilombolas sergipanos de se dividirem em pequenos grupos, descrevendo a sua atuação como “desagregadora” e “incapaz de subverter a ordem escravista”.

Sharyse Piroupo do Amaral escreveu que foi na década de 1870 que a população e as autoridades sergipanas se deram conta de que os crimes praticados pelos quilombolas escapavam ao seu controle. As elites sergipanas estavam apreensivas com a intensidade da ação dos quilombolas, que eles viam como crescente.

MESTIÇOS



Representação do mestiço. Adaptada de MAIA E OUROS: (1979:25).

QUEM ERAM?

A população livre, pobre, destituída em sua maior parte de direitos políticos e privilégios sociais, vista muitas vezes por expressões depreciativas, como “gentalha”, “canalha”, “miseráveis”, “gente que vive da misericórdia de Deus”. Eram identificados como homens pobres “trabalhadores do eito, agregados, moradores de condição, meeiros e rendeiros. Também eram inclusos: os “guarda-costas”, “capangas” e “pistoleiros dos senhores de terra”. Viviam nas periferias das vilas e das grandes propriedades rurais, principalmente dos engenhos.

QUANTOS ERAM?

A sociedade sergipana, no século XIX, possuía grande percentagem da população livre existente, em sua maioria composta de mestiços. Em 1808, por exemplo, Dom Marcos de Souza registrava em uma população de 55.668: 36.234 livres (65,9%) e 19.434 escravos (34,1%).

ONDE SE LOCALIZAVAM?

Nas regiões com menor dependência da indústria açucareira, nas culturas de subsistência e na pecuária, principalmente nas localidades de Propriá, Porto da Folha, Vila Nova, Lagarto, Simão Dias, Itabaiana, e no século XIX eles se contravam massivamente em Maroim, Laranjeiras e Aracaju.

A IGREJA E O COMBATE AO ÓCIO: A DIREÇÃO DO OLHAR SOBRE O HOMEM LIVRE POBRE

O emprego do trabalhador livre foi a solução encontrada pela elite agrária diante da escassez da mão de obra. Isto ocorre a partir de 1850, com o decréscimo da participação do braço escravo trazido pela abolição do tráfico, a valorização do escravo local por sua procura pelos proprietários dos cafezais, a morte causada pela epidemia de cólera morbus, as alforrias.

Os Relatórios dos presidentes da Província demonstram a nova realidade ao enfatizarem a necessidade de ser utilizado “o trabalho dos vadios e ociosos”.

O combate aos vadios e ociosos passou a ser um pacto dos proprietários de terras e dos presidentes da Província, incluindo as autoridades eclesiásticas, principalmente o pároco residente nas vilas e cidades. Em 1860, a Igreja era solicitada a fazer com que a população livre entendesse ser o trabalho um imperativo da vontade de Deus e da Lei Divina.

O Presidente Manuel da Cunha Galvão (17/3/1859 a 15/8/1860),

por exemplo, em Relatório à Assembleia Provincial, disse que “abunda na Província uma população livre”, enfatizava que ela poderia suprir a necessidade de braços existentes, “se não houvesse tanta inércia, tanta ociosidade e preguiça”.

Segundo Nunes, apesar do empenho dos poderes legais e para “acabarem com a ociosidade”, o problema permaneceria, estando sempre presente em Relatórios e Falas dos Presidentes provinciais. (NUNES, 2006:56)

O ÍNDIO

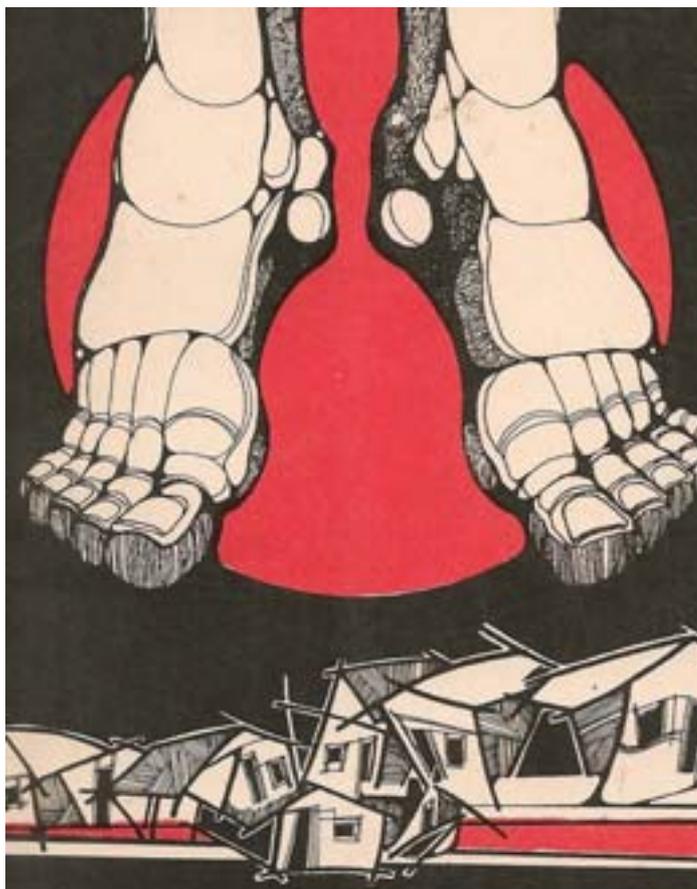


Imagem dos pés de um índio simbolizano seu enforcamento -Detalhe da capa do livro “Enforcados” de Ariosvaldo Figueredo.

No século XIX, além de praticarem agricultura de subsistência, desenvolviam atividades de pesca nas proximidades dos rios, sobretudo nas aldeias próximas ao rio São Francisco.

Tambem aprenderam vários ofícios. Os índios homens tornaram-se sapateiros, alfaiates, ferreiros, carpinteiros, carpinas, serradores, pedreiros. Muitos ocuparam-se da terra como assalariados, tangedores de gado, nas roças e como fornecedores de produtos artesanais e agrícolas nas feiras das vilas e cidades, como São Cristóvão e Laranjeiras. As mulheres voltaram-se mais para o trabalho com a cerâmica e a confecção de panos de algodão, incluindo redes.

COMO ERAM VISTOS?

O índio significava um obstáculo, principalmente para os senhores de engenho detentores do poder econômico e político, não só pelos prejuízos que, com roubos e incursões, traziam, mas porque “ocupavam terras que poderiam ser incorporadas ao seu patrimônio e ampliar as empresas agroaçucareiras.

QUANTOS ERAM?

Nos começos do século XIX, a população indígena sergipana estava reduzida a 1.440 pessoas para uma população de 20.500 brancos, 19.542 pretos e 30.542 mestiços, significando, apenas, 2% da população. (NUNES, 2006:46)

Distribuíam-se nas seguintes aldeias:

1. Água Azeda (não há número de habitantes)
2. Geru, 60 casais Kiriri Clero secular
3. Japarutuba, 120 casais Boimé Carmelitas Calçados
4. Pacatuba, 466 almas Caxago Capucho Italiano
5. Porto da Folha, 250 almas Uruna Capucho Italiano
6. Rio Real, 80 casais Kiriri Carmelitas Calçados⁵ (NUNES, 2006:46)

A EXPANSÃO CANAVIEIRA E AS TERRAS INDÍGENAS

A grande expansão dos canaviais a partir da década de 1830, trazendo a necessidade de mais terras, fazia os proprietários de engenho buscarem as ocupadas pelas aldeias indígenas, que tinham, porém, os direitos assegurados pela legislação em vigor. Cresceu a pressão sobre seus habitantes, com denúncias às autoridades provinciais de serem as propriedades prejudicadas pelos ataques dos índios.

O presidente Zacarias de Góis Vasconcelos (1848/1849) entendeu o problema, preocupando-se com a situação dos índios ante a pressão dos que buscavam usurpar suas terras, conseguindo do Governo Imperial a vinda para Sergipe do capuchinho Frei Doroteu de Loreto com a finalidade de ocupar-se da catequese deles. Mas, esse mesmo governante, tempos depois, tomaria posição contrária influenciado pelos interesses dos proprietários rurais ante a perspectiva de serem beneficiados pela Lei da Terra de 18/9/1850, afirmando em documento oficial que não mais existiam índios em Sergipe e que os denominados índios, das chamadas aldeias d'Água Azeda, Geru, Porto da Folha, Pacatuba, e Espírito Santo, não estão no caso de constituir-se índios aldeados, sujeitos às Diretorias.

Essa tomada de decisão do governante Vasconcelos foi um duro golpe

aos índios em Sergipe. Ele justificava a ocupação das terras que ainda restavam dos índios para a expansão do gado e principalmente do açúcar. As terras dos índios foram declaradas de público que todos os terrenos das denominadas Aldeias fossem incorporados ao Estado.

A mesma medida foi seguida pelo presidente Dr. José Antônio de Oliveira e Silva (19/7/1851 a 4/7/1853). Afirmou também a não existência de índios em Sergipe, baseando-se no argumento de que eles eram mestiços, domesticados, vivendo em aldeias e vilas.

A Lei de 6 de abril de 1853 do Governo Imperial extinguiu a Diretoria Geral dos Índios, corroborando mais ainda para essas medidas dos dois governantes sergipanos.

Saíam vitoriosos os senhores de terra. Desapareciam as tradicionais aldeias, mesclando-se os indígenas com as populações locais. Não há mais nos Relatórios dos Presidentes da Província referência à existência de índios nas aldeias ocupadas, mas de caboclos, denominação que vai aparecer no Censo de 1891 substituindo o indígena.

A MULHER



D. Fausta. Fonte: (DANTAS, 1980:73).



D. Adelina Adanta (DANTAS, Op, cit).

COMO ERA VISTA

Sua situação não era diferente da dominante no país, onde o patriarcalismo a mantinha reclusa no interior dos lares, que tanto impressionaria aos visitantes estrangeiros.

O sergipano Antônio Muniz de Souza, autor do livro *Viagem e observação de um brasileiro*, tendo vivido em Sergipe como Capitão de Forasteiro da vila de Lagarto, retratara a realidade social existente:

“... as mulheres no Brasil não fazem parte da sociedade; e a exceção de um pequeno número das que há em algumas cidades maiores, como Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, em todas as outras são tratadas como escravas. Elas não vão à mesa de seus pais e menos de seus maridos, e só se servem dos restos daqueles; não aprendem a ler”. (SOUSA apud NUNES, 2006:61)

Dominava na sociedade sergipana a endogamia, atesta o grande número de casamentos consanguíneos existentes nos constantes pedidos de licença para realizá-los, encontrados na *Relação Eclesiástica da Bahia*.

O DESTINO DELAS TRAÇADOS PELOS PAIS

Os conventos femininos da Bahia foram povoados de sergipanas desde os meados do século XVIII, principalmente o Convento da Piedade. Essas mulheres, integrantes da aristocracia do açúcar, chegavam aos conventos por ordem dos acordos políticos e financeiros da sua família.

O pai decidia sobre o casamento da filha, escolhia o pretendente segundo suas condições sócio-econômicas. O envio ao convento era um meio de evitar o matrimônio com pessoas socialmente inferiores ou de raça mestiça. Às vezes, porém, era um meio de evitar que, através do casamento, o patrimônio paterno fosse ameaçado pela divisão dos bens.

MUDANÇAS TRAZIDAS PELA CORTE – O AMBIENTE SOCIAL FORA DE CASA

Transformações da sociedade brasileiras ocorreram no início do século XIX. A chegada da Corte portuguesa em 1808 traria transformações à sociedade brasileira, quer na maneira de morar e no mobiliário, quer no uso da roupa ou na própria vida social, que se tornou mais diversificada.

O impacto dessas transformações vai alcançar a vida da mulher no enclausuramento vivido, passando a participar da vida social da Corte e a frequentar escolas particulares instaladas para o sexo feminino.

Em sergipe, essas transformações chegariam mais tardiamente em de-

terminadas áreas e em outras com mais intensidade. Na vida urbana essas inovações chegaram com mais preença nas camadas sociais mais abastadas. Uma Lei de fevereiro de 1831 criava as primeiras escolas públicas para o sexo feminino localizadas em São Cristóvão, em Estância, Laranjeiras e Propriá. Em 1845 as classes já eram oito, frequentadas por 218 alunas, enquanto 1.385 alunos estavam matriculados nas escolas masculinas.

AS MULHERES PROFESSORAS - EDUCAÇÃO FEMININA

Houve aumento da participação feminina na vida educacional sergipana à medida que crescia o desenvolvimento da Província a partir da década de 1840. Em 1860, das 66 escolas em funcionamento, 23 eram femininas frequentadas por 743 alunas, e 43 masculinas com 1.893 alunos matriculados. A partir da década de 1880, sob o influxo das novas ideias que revolucionavam o país, começam a surgir escolas mistas, e em 1889 são 74, ao lado de 78 masculinas e 20 femininas, com o total de 5.119 alunos sendo 2.550 mulheres e 2.569 homens. NUNES, 2006:63)

As transformações que acontecem em Sergipe Provincial fazem crescer a atuação da mulher em sua vida social, atesta o crescimento do número de professoras nas escolas, enquanto decresce a participação masculina. Em 1829 não havia mulher ocupando as vinte e quatro cadeiras de Primeiras Letras da Província, conforme a relação enviada às autoridades do Império. Em 1834 eram nomeadas as duas primeiras professoras, uma para a vila de Estância e outra para a vila de Propriá. NUNES, idem)

E as mulheres pobres? As negras e mestiças? O que podemos mencionar sobre elas? Não mereceria uma pesquisa específica? Será que você não encontraria dados através da memória dos seus parentes e outras pessoas da sociedade? Este é um desafio que compartilho também com você.

CONCLUSÃO

Elaboramos uma lição específica na temática sobre os negros, índios, mestiços e mulheres em Sergipe no século XIX. Não pudemos aprofundar essa discussão por conta da especificidade deste livro. Aconselhamos que o leitor (aluno e aluna) deva ir atrás de mais informações sobre esses segmentos sociais, encontrando a importância deles nas diversas discussões sobre a História de Sergipe. Aconselhamos perscrutarem uma bibliografia diferente da exposta neste livro. Outra sugestão é a ida ao arquivo judiciário pesquisando documentos originais que apresentam novas questões da história de Sergipe a partir desses seguintes sociais. Com certeza você começará a pensar um tema para a sua monografia de conclusão de curso em licenciatura em História.



RESUMO

Percebemos a importância de se estudar o negro como parte integrante da sociedade da Cotinguiba. Nesta localidade não havia somente a estrutura física do engenho e a elite branca. Os negros marcaram presença com seu trabalho e a luta por liberdade. Foram várias as lutas de resistências dos negros em Sergipe, especialmente dos pequenos quilombos, conhecidos por mocambos.

Os mestiços também fizeram parte da composição dessa sociedade do açúcar. Eram vistos como a escória da sociedade livre. Essa situação também atingiria os índios. Estes são declarados no século XIX como não mais existentes em Sergipe, num momento em que os senhores de engenho precisavam de mais terras para expandir a sua produção de açúcar.

Por fim, situamos como a mulher era vista e tratada na sociedade açucareira. Muitas delas pareciam objetos dos interesses familiares. Mas elas, também, ao longo dos anos, paulatinamente ocuparam espaços na sociedade, estudando e trabalhando como professoras.



ATIVIDADES

- 1- Continue produzindo seu blog. Desta vez, produza informações sobre os índios, mestiços, negros e mulheres no século XIX em Sergipe. Conheça alguma fonte material (um pilão, um tronco para amarrar escravos, uma foto de uma filha de escravo, uma memória de gente que foi capturada no mato, descendente de índio? Caso afirmativo, torne pública essa fonte no seu blog).
- 2- Como entendemos a sociedade do açúcar a partir da inclusão dos outros sem ser o senhor de engenho (os não porta-vozes do mundo da ordem escravocrata)? Encontre textos na internet que complementam o texto principal e construa seu próprio texto.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, Samuel de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: tipografia Editorial Scortecci Editora, 2005.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888**, Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007.

ALMEIDA, Maria da Glória. Uma unidade açucareira em Sergipe. – o engenho Pedras, São Paulo, BR, 1976, **Separata dos Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**, Aracaju- setembro de 1975.

_____. **Nordeste Açucareiro (1840-1875)** - desafios num processo do vir-a-ser capitalista, Aracaju, UFS/SEPLAN, 1993.

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ARAÚJO, Alceu Maynard. **Folclore Nacional**. Ritos, Sabença, Linguagens, Artes e técnicas. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão. No Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BEZERRA, Felte, **Etnias sergipanas**, Aracaju, Gráfica Editorial J.Andrade, 1984.
- CARDOSO, Amâncio, “Escravidão em Sergipe: fugas e quilombolas - séc. XIX” in: *Revista do IHGS*, n.34 (2005), pp. 55-74.
- _____. *Escravos assassinos: resistências e violência em Sergipe, séc. XIX*. **Jornal da Cidade**, Aracaju, Se, 08 e 09 de junho de 2008, B-11, Opinião.
- CALMON, Pedro. **História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Colonial**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- DANTAS, Beatriz Góis, **Vovô Nagô, Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil**, Rio de Janeiro, Graal, 1998.
- _____, “Uma festa de negros e caboclos”, **Cadernos UFS** (1998), pp.43-58
- _____. *Índios em Sergipe*. . In: DINIZ, Diana M. **Textos para a História de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/São Cristóvão: BANESE,1991.
- DANTAS, Orlando. **A vida Patriarcal em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- DINIZ, Diana Maria de Faro Leal.(org.) **Textos para a História de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/Aracaju: Banese, 1991
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **O Negro e a Violência do Branco - o negro em Sergipe**, Rio de Janeiro, J. Álvaro Editor, 1977.
- _____. **Enforcados**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.
- _____. **História territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe / Secretaria de Estado da Cultura / FUNDEPAH, 1995.
- D’ACELINO, Severo. João Mulungu discriminado. Confira em: <http://jornalnago.blogspot.com/2008/05/joo-mulungu-discriminado.html>, cap. 02.02.2010.
- DANTAS, Orlando Vieira. **A Vida Patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**, Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1988, 1ª edição 1959
- MAIA, Tom; NASCIMENTO, José Anderson e MAIA, Thereza Regina de Camargo. **Sergipe Del Rey**. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: EMBRATUR,1979.
- MOTT, Luiz, **Sergipe Del Rey - população, economia e sociedade**, Aracaju, Fundesc, 1986.

- _____. **Sergipe Colonial e Imperial: religião, família e sociedade**. São Cristovão: Editora da UFS\Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008.
- _____, “O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe”, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n.29 (1987), pp.133-147.
- MOURA, Clóvis, **Rebeliões da Senzala**, Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1988, 1ª edição 1959.
- _____. **Dicionário de Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- MUSEU DO HOMEM SERGIPANO. **O Negro em Sergipe**. Cf. <http://www.aracaju.com/museu/negrosergipe.htm>, cap. 23.03.2010.
- NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**, Rio de Janeiro: Editora Cátedra\ Instituto Nacional do livro, 1978.
- _____. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- _____. **Sergipe Provincial I (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- _____. **Sergipe Provincial II (1840-1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro\Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006.
- _____. **Sergipe Colonial I**, São Cristovão: Editora da UFS\Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006.
- _____, “O escravo negro e as culturas de subsistência na Capitania de Sergipe d’El Rey”, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n.33 (2000/2002), p. 199-208.
- OLIVEIRA, Edjane. Nascida em Senzala faz 111 anos hoje. **Jornal da Cidade**, Aracaju, Se, 03 de fevereiro de 2009, Cidades.
- PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. **História Econômica de Sergipe**, (1850-1930) Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987.
- _____. **Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930**, Aracaju, Funcaju, 2000.
- _____. Josué Modesto dos.(Org.) **Os classificados da Escravidão**. Aracaju: IHGSe, 2008.
- PEDREIRA, Pedro Tomás. Quilombos em Sergipe. In: **Os quilombos brasileiros**. Salvador: Prefeitura de Salvador/ Departamento de Cultura, 1973.
- RESENDE, José Mário, “**Entre campos e veredas da Cotinguiba: o espaço agrário de Laranjeiras: 1850-1888**”, Dissertação de mestrado em Geografia, UFS, 2003.
- SANTOS, Lenalda Andrade. Organização do trabalho. In: DINIZ, Diana M. **Textos para a História de Sergipe**. São Cristovão: Universidade Federal de Sergipe/São Cristovão: BANESE,1991.
- SANTOS, Lourival Santana, “**Negros e Brancos: uma pedagogia da violência – Estudo sobre a resistência escrava em Sergipe no século XIX**”, UFS, 1991.
- _____. Justiça e escravidão no governo dos senhores in **Cadernos UFS: História**, n.2 (1996), p. 31-40.
- SANTOS, Joceneide Cunha, “**Entre farinhadas, procissões e famílias:**

a vida de Homens e mulheres escravos em Lagarto, 1850-1888”, Dissertação de mestrado em História, UFBA, 2004.

SANTOS, Maria Nely, **A Sociedade Libertadora “Cabana do Pai Thomaz”- Francisco Alves- uma história de vida e outras histórias**, Aracaju, Gráfica J. de Andrade, 1997.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. **Historia Econômica de Sergipe, (1850-1930)** Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987.

_____. **Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930**, Aracaju, Funcaju, 2000.

SOUZA, Dom Marcos Antônio de. Memória sobre a Capitania de Sergipe, Aracaju, Secretaria da Cultura do Estado de Sergipe, 2005.

TRAVASSOS, Antonio da Silva, Apontamentos históricos e topográficos sobre a província de Sergipe, Rio de Janeiro, Instituto Tipografiao de Direito, 1875.